

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

ANGELA LUZIA SAMBORSKI

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM
PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTO
AUGUSTO- 2015**

**Porto Alegre
Maio de 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO – PNAP/UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

ANGELA LUZIA SAMBORSKI

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM
PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTO
AUGUSTO- 2015**

Trabalho de conclusão de curso em especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de Certificado de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Janice Dornelles de Castro
Tutora: Prof. Mestre Lena Maris Mazzotti Ribeiro

**Porto Alegre
Maio de 2015.**

ANGELA LUZIA SAMBORSKI

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM
PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTO
AUGUSTO- 2015**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Especialização em Gestão Pública, da Escola de Administração da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Pública.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2015.

Professor – Orientadora UFRGS

Professor UFRGS

Professor UFRGS

Aos meus filhos

Luis, Candido e Clara, pela compreensão e incentivo,

dedico-lhes esta conquista como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder inteligência e saúde suficiente para executar com responsabilidade meus compromissos. Agradeço a orientação e a fortaleza que me concedeu no período de estudo, como por toda a minha vida.

A professora Janice Dorneles de Castro, pela orientação e a professora Lena Maris Mazzotti Ribeiro pela tutoria, meu agradecimento a ambas pela atenção, pelos apontamentos e correções.

Aos professores pelas contribuições e discussões teóricas que vivenciamos, enriquecendo meu aprendizado. Em especial o Marcus que permaneceu como tutor da turma em grande parte do período, motivando, mas exigindo dedicação ao curso.

Ao senhor José Emilio Stumm, os meus colegas Faisson Oliveira e Gabrieli Tairine Sell, agradeço a compreensão nos momentos que a vida de acadêmica, alterava o desempenho profissional.

Aos colegas, que permitiram grandes momentos de aprendizado acadêmico e também de descontração. A Marlize e o Felipe que permaneceram juntos desde a primeira turma formada os quais o contato virtual transformou o coleguismo em amizade, ao grupo virtual “*Desesperados do TCC*”, pelo apoio nos momentos difíceis, buscas de esclarecimentos de dúvidas e aproximação de colegas virtuais com o mesmo objetivo os quais serão cúmplices na alegria da defesa.

Aos familiares, que mesmo não participando ativamente na construção desse estudo, foram a principal base de apoio, especialmente meus pais Carlos e Clair, ao mano Tarcísio, por sempre apoiarem minhas decisões, eis os responsáveis pelo que sou. E àqueles que não compreenderam o meu lamento.

Enfim, aos meus amores, razões de minha vida, meus filhos, pela paciência diante dos “altos e baixos” ao percorrer esse caminho. Pela compreensão à minha ausência, pela motivação nos momentos difíceis, a vocês que abdicaram da minha presença, dedico conclusão da minha especialização.

"Dizem que a vida é para quem sabe viver, mas ninguém nasce pronto. A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar e humilde o bastante para aprender."

Clarice Lispector

RESUMO

O presente trabalho constitui de um estudo sobre as tentativas que os gestores públicos municipais encontraram ou estão tentando encontrar para resolver o problema da melhoria da qualidade do rebanho leiteiro no município de Santo Augusto. O objetivo principal deste estudo é conhecer as políticas públicas de incentivo ao uso de Inseminação Artificial do município de Santo Augusto. O projeto busca acompanhar a implantação do Programa DISSEMINA e analisar a execução do programa de incentivo de Inseminação Artificial, utilizada anteriormente. O estudo terá como referência os trabalhos da SEMAP (Secretária Municipal da Agricultura e Pecuária) de Santo Augusto, no âmbito de políticas de incentivo a inseminação artificial de bovinos, analisando documentos no período dos anos de 2013 e 2014. Analisando documentos oficiais, entrevistas com gestores, análise da execução do programa municipal e revisão de literatura, foi possível demonstrar que a política de melhoria do rebanho necessita de melhorias, pois atende poucas famílias e apresenta baixa efetividade em termos de fêmeas cobertas. Entretanto a opção pelo Programa Dissemina é carregada de preocupações por parte da municipalidade com a sua continuidade

Palavras-Chave: Políticas públicas, Inseminação artificial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1- Domicílios e População do município de Santo Augusto-RS	39
QUADRO 2- Estabelecimentos agropecuários e área no município de Santo Augusto.	40
QUADRO 3- Dados da execução do programa municipal nos últimos dois anos-Santo Augusto-RS	43

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Definição do Problema	10
1.1.1	Questão problema.....	12
1.2	Justificativa.....	12
1.3	Objetivos	14
1.3.1	Objetivo geral	14
1.3.2	Objetivos específicos	15
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
2.1	Delineamento da Pesquisa	18
2.2	População e Amostra	19
2.3	Instrumentos.....	20
2.4	Planos de Coleta e tratamentos de dados	20
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE MELHORAMENTO GENETICO.....	22
3.1	Revisão Teórica.....	22
3.1.1	Agricultura	22
3.1.2	Agricultura Familiar no Brasil	25
3.1.3	Agricultura Familiar no RS e a Política Pública Estadual.....	27
3.1.4	Inseminação artificial em bovinos.	31
3.1.5	Relações Intergovernamentais, Descentralização e Consórcios. ...	34
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
4.1	Caracterização do Município e situação do rebanho bovino.	38
4.2	A política municipal de incentivo a Inseminação Artificial.....	41
4.3	Execução do programa municipal nos últimos dois anos	42
4.4	O Programa DISSEMINA.....	44
4.4.1	Vantagens para o município na adesão ao Programa DISSEMINA.	46
4.4.2	Fragilidades apontadas pelos gestores do Programa DISSEMINA.	48
5	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	53
	APÊNDICE	57

1 INTRODUÇÃO

Para gestores elaborarem políticas públicas é fundamental ter um diagnóstico da realidade do setor o qual se deseja atuar. Vários setores se destacam na gestão pública, no entanto pelo trabalho realizado há oito anos no município de Santo Augusto, a partir da observação e atendimentos de balcão ouve-se de tudo um pouco e um pouco de tudo. São reclamações que despertam o interesse de conhecer a realidade e os dados da agricultura familiar do município de Santo Augusto, pois, em médias estes representam 90 % do público atendido pela equipe da Inspeção Veterinária e Zootécnica do município. Deste modo visa-se conhecer a política de incentivo de Inseminação Artificial voltado a Agricultura Familiar do município.

Este trabalho busca descrever as tentativas que os gestores públicos municipais encontraram ou estão tentando encontrar para resolver o problema da melhoria da qualidade do rebanho leiteiro do município. Após vários anos de incentivo a inseminação artificial, o município optou por abandonar o seu programa e ingressar no programa Dissemina da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA.

Através da análise dos dados relativos à execução do programa municipal nos últimos dois anos, mostra-se que há um atendimento reduzido de agricultores e que a opção pelo novo formato pode representar uma maior abrangência em termos de famílias atendidas e de efetividade, ou seja, maior número de cobertura de fêmeas. Entendendo-se que a reprodução é fundamental para melhorar a qualidade do rebanho, podendo em curto ou médio prazo alterar a produtividade, bem como adequar a nutrição dos animais a realidade das propriedades, aumentando a rentabilidade da atividade, espera-se que essa opção realmente apresente soluções para o problema e essa política pública atinja o objetivo final de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais do município.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

As políticas públicas brasileiras sempre priorizaram o processo de modernização conservadora da agricultura. Estas políticas tiveram como foco as grandes e médias propriedades capitalistas, o que causou desdobramentos na questão agrária. Como resultado houve uma crescente marginalização dos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural bastante desigual. Os problemas sociais do campo aumentaram através do aumento da pobreza nas áreas rurais, trazendo problemas também para os centros urbanos, devido ao êxodo rural.

O rápido aumento das populações urbanas das últimas três décadas, além de agravar o desemprego e a violência urbana, também refletiu na elevação dos preços dos alimentos, dado a prioridade às culturas de exportação. A modernização agrícola acabou aumentando a concentração da renda e da propriedade da terra. A elaboração de Willard Cochrane (apud ABRAMOVAY, 1992) da teoria do “treadmill of technology” ou espiral tecnológica que analisa os ganhos em produtividade e renda dos agricultores que adotam técnicas e métodos inovadores, demonstra os limites que esse tipo de intervenção possui para promover um desenvolvimento mais justo.

Conforme a teoria supracitada fica claro que os investimentos necessários para aumentar a produtividade são eficientes, mas as margens reduzem o que justifica o nível de queda da renda agrícola. Uma das formas de melhorar a atual situação dos agricultores familiares é a adoção de tecnologias apropriadas as suas condições, partindo de inovações simples, de baixo custo de implantação, cuja introdução depende apenas de conhecimentos e pratica o que proporcionaria rendimentos agrícolas superiores aos da atualidade. O objetivo é estudar a política municipal de incentivo à inseminação artificial e o Programa DISSEMINA, buscando conhecer se a cooperação entre os entes federativos beneficiará os produtores rurais familiares.

Em 26 de janeiro de 1973 foi criado no estado do Rio Grande do Sul o programa da Central Riograndense de Inseminação Artificial (CRIA), vinculada ao

atual Departamento de Defesa Animal (DDA), da Secretaria da Agricultura Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como sede o Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio. A função do programa era induzir práticas de desenvolvimento da bovinocultura, na agricultura familiar. Sendo o objetivo o melhoramento genético do rebanho gaúcho, com a venda de sêmen a preços acessíveis, sua abrangência era de 300 municípios gaúchos. Com a extinção do programa, a agricultura familiar ficou desassistida e a mercê das empresas privadas. Parcelas das prefeituras estabeleceram convênios com cooperativas ou empresas, ofereceram alguma forma de subsídio, permanecendo com a atribuição de fiscalização, mas o processo é executado por prestadores privados de serviço, de tal forma que não ocorre uma eficiência na prestação do mesmo, pois não ocorre o mesmo comprometimento desde o material genético e a assistência técnica prestada. No ano de 2012 foi criado o Programa Estadual de Incremento da Qualidade Genética da Pecuária de Carne e Leite (DISSEMINA), coordenado pela Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) em parceria com a Secretaria da Agricultura Pecuária e Agronegócio (SEAPA), com contrato de repasse financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Este programa tem por como objetivo distribuição de sêmen buscando atingir a agricultura familiar como especifica a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiar Rural, e a Lei Estadual nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, que institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar.

A pecuária de bovino de corte e de leite por se tratar de uma atividade rentável para a agropecuária está disseminada no estado do RS, desempenhando papel importante no cenário socioeconômico das propriedades rurais, que, em suas atividades práticas, necessitam de programas que auxiliem no melhoramento genético através dos procedimentos de inseminação. Com isso os gestores municipais solicitaram no ano de 2014, adesão ao programa DISSEMINA o qual se encontra em processo de implantação no município. O presente projeto busca acompanhar a implantação do mesmo e conhecer o programa de incentivo de Inseminação Artificial, utilizada anteriormente. O estudo terá como referência os trabalhos da SEMAP (Secretária Municipal da Agricultura e Pecuária) de Santo

Augusto, no âmbito de políticas de incentivo a inseminação artificial de bovinos, analisando documentos no período dos anos de 2013 e 2014.

1.1.1 Questão problema

A questão problema que orienta esse estudo é se a opção pelo Programa Dissemina será uma opção mais adequada que o antigo programa municipal de o incentivo ao uso de inseminação artificial?

1.2 JUSTIFICATIVA

O debate sobre a agricultura familiar vem crescendo em vários espaços, nos órgãos públicos, no meio acadêmico e nos movimentos do campo. Porém é fundamental que esta seja reconhecida pela sociedade, destacando-se a sua importância na produção de alimentos, na geração de empregos e na distribuição de renda. Tendo como característica a fusão que nela existe entre a unidade de produção e a família. Neste sentido, é fundamental pensar sobre a viabilidade e o desenvolvimento dela, não só do ponto de vista econômico - produtivo, mas de forma global, isto é, o conjunto de necessidades que a família e o sistema de produção apresentam para garantir a qualidade de vida à população rural, pois esta categoria é responsável por uma parcela significativa da produção nacional. Segundo dados do censo agropecuário do ano de 2006 havia 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, embora somando apenas 24,35% em relação à área ocupada pelos estabelecimentos brasileiros (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Buscando a viabilização há necessidade de desenvolvê-la e fortalecê-la, com a adoção de estratégias de diversificação e dotando-a de maior capacidade para a adaptação as imposições do mercado. Uma agricultura familiar forte e rentável pode contribuir para a redução da fome, do desemprego rural, do êxodo rural e para o crescimento da produção e alimentos, em função das oportunidades geradas no próprio campo. Ela pode assumir uma importância política estratégica a partir das políticas de apoio implantadas para ampliar a capacidade de produzir de maneira eficiente do ponto de vista econômico. A permanência do agricultor no campo depende, entre outras coisas, da criação de oportunidades concretas para aumentar a quantidade dos excedentes que produzem melhorar a qualidade de seus produtos, reduzir seus custos e incrementar os preços de venda, uma vez que estas são condições mínimas para que eles possam melhorar a renda e permanecerem no campo.

A mudança de foco da agricultura patronal para a agricultura familiar, da produção em economia de escala para a diversificação, da análise das especificidades locais e da diversidade dos espaços rurais pode permitir a elaboração de instrumentos de intervenção apropriados para as regiões-alvos das políticas, sem a adoção de tipologias simplificadas na elaboração de projetos, mas, sim, realizando estudos detalhados das estruturas econômicas, sociais, culturais e institucionais, regionais e locais.

Na atividade da bovinocultura leiteira, considerar a escolha de um sistema de produção animal deve ser levado em consideração, como por exemplo: o clima da região, a influencia na escolha da raça, etc., a produtividade animal não depende somente das questões ambientais e nutricionais, está relacionada também com o melhoramento no padrão genético do rebanho. O genótipo adequado vai apresentar uma condição fenotípica a partir da sua interação com o ambiente. Um ótimo ambiente favorece a expressão fenotípica do genótipo, mas o contrário também é verdadeiro, um ambiente desfavorável, limita a realização do potencial genético que o animal pode expressar. Esse é um fato bastante comum em se tratando de gado leiteiro, pois não há muitas vezes, limitação genética, mas sim limites impostos pelo ambiente em que impede que sejam atingidos os potenciais produtivos esperados. Desta forma a técnica de Inseminação Artificial, desde que atendidas as condições ambientais, passa a ser de fundamental importância para o sucesso da pecuária

bovina, seja ela de corte ou leite. Contudo ações do poder público para incentivar a atividade de modo a garantir o sustento e uma produção de excedentes de modo a contribuir com a renda da família e com isso aumentar os retornos de tributos do município.

Ao buscar conhecer melhor os incentivos para a agricultura familiar, de modo a identificar quais os projetos que podem ser implantados para melhorias, o município solicitou adesão ao Programa DISSEMINA, que a têm a proposta de incentivar a técnica de Inseminação Artificial e melhorar a produção pecuária da propriedade, produzindo com mais qualidade e lucratividade. Entretanto, é um projeto de política exógena¹ e um projeto extenso que abrangerá um grande número de municípios. Pergunta-se no presente estudo se essa opção é adequada, pois busca compreender como esta intervenção estatal ocorre em nível local, e se os gestores realizaram uma opção que irá ampliar os números de produtores beneficiados mediante adoção do programa ou se a antiga política endógena², supria a demanda beneficiando grande número de criadores.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Conhecer as políticas públicas de incentivo ao uso de Inseminação Artificial do município de Santo Augusto.

1A política exógena tem origem externa. Neste modelo agente externo determinam as ações no processo. Ou seja, vem de fora para dentro.

2A política endógena significa desenvolvimento desde adentro. É um modelo no qual os agentes locais próprias propostas. Isto é, a liderança nasce na comunidade, e as decisões partem desde adentro da comunidade mesma.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar o município de Santo Augusto;
- b) Descrever a política municipal de incentivo de Inseminação Artificial
- c) Avaliar a execução do programa municipal na sua execução nos últimos 2 anos
- d) Conhecer o Programa DISSEMINA.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo se caracteriza por um estudo de caso das políticas de incentivo a inseminação artificial no município de Santo Augusto, situado na Região Noroeste do Estado do Rio grande do Sul, município de atuação profissional junto a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), com atividade de defesa em sanidade animal, tendo público alvo o produtor rural, o tema escolhido buscou criar um elo entre as atividades desenvolvidas no dia a dia e os conhecimentos adquiridos durante a realização do curso de especialização.

Para a construção do conhecimento, o ser humano baseia-se em métodos de aplicação da ciência, que são definidos por Hair Junior et al. (2005), com origem do Grego *methodos*, met' hodos que significa, literalmente, "caminho para chegar a um fim". Em geral, o método científico é formado por uma série de passos codificados que se têm de tomar, de forma mais ou menos organizada para atingir um determinado objetivo científico, que está vinculado ao teste de uma hipótese por um dado experimento ou a descrição de uma determinada realidade. A metodologia de construção deste foi projetada a partir de um modelo com os procedimentos técnicos de um estudo de caso que buscou conhecer a política municipal de incentivo a inseminação artificial do município.

O objeto de pesquisa é concebido como um “objeto construído” que para Pires (2008) é um conceito ambíguo e possui três sentidos diferentes. O primeiro enquanto construção de um objeto disciplinar, de forma que cada disciplina constrói seu objeto separando determinados aspectos da realidade social. Um segundo sentido que é definido como a pré-construção social do objeto de estudo, concebido ou por um trabalho de espírito ou por meio de instituições e de práticas sociais (construção em primeiro grau) e, quando o pesquisador inicia sua pesquisa com esse objeto, essa herança está presente no seu objeto e não é uma escolha sua, mas pode ser uma seleção institucional. Já o último seriam as construções de segundo grau, baseados em objetos de pensamento elaborado pelo pensamento comum do homem. Seriam de segundo grau porque “são construções de construções edificadas pelos atores sobre a cena social, nas quais o homem da

ciência observa o comportamento e tenta explicá-la, sempre respeitando as regras de procedimento da ciência”. (PIRES, 2008 p. 60)

Essa concepção de objeto demonstra que esses três sentidos devem ser respeitados na metodologia de execução da pesquisa. Talvez não fosse com essa intenção que o autor acima os explicitou, mas julgo importante considerá-los em conjunto, pois eles garantem a comunicabilidade e inserção da pesquisa em um campo determinado, o aspecto ético e mesmo histórico de reconhecimento das contribuições passadas e a clareza do material sobre o qual se está trabalhando.

O primeiro sentido é atendido ao escolher a área da agricultura focando na melhoria genética, fato que obriga a uma contextualização dos temas e principais aspectos dessa disciplina que foi feito a partir de revisão de literatura. O segundo aspecto considerado é a gestão e a relação entre dois entes federativos interinstitucionais e à questão do papel dos gestores municipais e mesmo do papel do Estado. Afinal já existem concepções institucionalizadas na sociedade sobre elas. São definições que se tornaram referências e influenciam a construção e a utilização desses conceitos em pesquisas. E o último aspecto é que compôs a maior parte dos dados primários que foram utilizados, as quais foram obtidas a partir da observação e da aplicação do questionário aberto. Considerando o registro e análise das respostas do questionário.

Compreendendo o objeto a ser pesquisado como algo construído, não se imagina que o trabalho de campo seja realizado de forma espontânea. O estudo propõe um modelo de análise das políticas públicas em nível do município de Santo Augusto, iniciando pela abordagem do programa de Inseminação Artificial do município realizando uma análise de conteúdo, pois segundo vários autores, a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis, deste modo pode-se identificar todo o programa, em segundo analisar o Programa DISSEMINA no contexto institucional em que será executado no município, compreendendo assim quais os objetivos, papéis e expectativas dos gestores para a nova política considerando a cooperação interinstitucional.

Esse modelo foi projetado para que os coordenadores, responsáveis pela execução do programa a nível estadual e municipal fossem entrevistados através de questionário aberto. Resumindo podemos afirmar que nesse modelo de análise, estas entrevistas foram fundamentais para um melhor entendimento do “contexto situativo” que permitiu mais elementos para compreensão da “situação de ação” que é nosso elemento principal de análise.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Conforme Minayo (1994, p. 16), compreende por metodologia uma forma de mapa para orientar o caminho que o pesquisador deve percorrer para concretizar o seu projeto. Desta forma cada estudo deve ter uma produção metodológica própria, seguindo um referencial e normas, mas jamais uma receita de bolo, deve ser criada e não copiado. Ainda de acordo com a autora citada, esse processo compreende o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, tendo conceituado os termos pesquisa e metodologia, passa-se a necessidade de delinear as técnicas a serem utilizadas no trabalho.

Sendo assim, foi realizada uma revisão bibliográfica aprofundada dentre livros, artigos, periódicos, jornais, revistas, entre outras fontes sobre o tema de estudo. Segundo Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Tendo em vista a melhor forma de coletar e analisar os dados, optou-se por uma pesquisa de abordagem mista com pesquisa qualitativa, pois esta considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que pode não ser traduzido em números e para aprimorar uma pesquisa quantitativa por considerar está um método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de

técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas, garantindo a precisão do trabalho. Quanto ao método de pesquisa exploratória, tendo os procedimentos técnicos de um estudo de caso.

Os documentos oficiais forneceram informações importantes para a operacionalização da pesquisa, foram utilizado os dados municipais da SEMAP (Secretária Municipal da Agricultura e Pecuária) sobre o programa existente de incentivo à Inseminação Artificial, realizando uma análise de conteúdo avaliando este num período de 2 anos considerando como referência os anos de 2013 e 2014. Também foi utilizada a aplicação de questionário aberto, com o secretário municipal da SEMAP e o coordenador estadual do Programa DISSEMINA para identificar as vantagens e fragilidades do Programa DISSEMINA.

2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Conforme Gil (2002, p. 121), “quando a amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo”. Nesse sentido, a amostra foi intencional, com aplicação de questionário aberto aos dois coordenadores, corroborando expressivamente em termos técnicos, pois ambos tendem o conhecimento técnico necessário para os esclarecimentos e qualificação do estudo.

Os dados de execução do programa municipal foram analisados em sua totalidade, com a definição de um período de dois anos por ser o tempo que a gestão municipal executou o programa.

2.3 INSTRUMENTOS

Esse estudo deve os seguintes instrumentos: revisão de literatura, análise documentos oficiais e observações participante e aplicação de questionário aberto. A revisão de literatura objetiva um melhor conhecimento sobre os principais temas que compõe a pesquisa: Agricultura, Políticas Públicas, Inseminação Artificial, Cooperação Interinstitucional dentro da Federação. O interesse não foi estabelecer o estado da arte em cada um dos temas, mas situar a relevância e a inserção dos problemas que constituiu a pesquisa, proporcionando mais subsídios para a compreensão do problema.

Os instrumentos de coleta de dados seguiram a análise dos documentos existentes sobre os programas em estudo no município de Santo Augusto. Obtendo um diagnóstico da realidade e possibilitando a formação de um banco de dados suficiente para cumprir os objetivos específicos da pesquisa. A maior parte dos dados primários utilizados obteve-se das respostas da aplicação do questionário aberto.

2.4 PLANOS DE COLETA E TRATAMENTOS DE DADOS

A partir do levantamento bibliográfico e da análise documental, estabeleceu que analisasse o **índice de produtores beneficiados** com o convenio bem como ao **índice de fêmeas bovinas inseminadas**, sendo aspectos considerados na análise da política municipal de incentivo a inseminação, considerando a efetividade desta.

A observação participante e a aplicação de questionário aberto foram a principal fonte de coleta de dados primários em relação à adoção do novo convenio do município com o estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada por meio do envio de questionários para o e-mail dos entrevistados, sendo que este método de coleta de dados pode ser classificado como questionário auto

preenchido, em que o pesquisado lê o instrumento e o responde diretamente sem a intervenção do entrevistador. As perguntas foram feitas de modo a fornecer subsídios necessários para a realização do trabalho e sendo no modo questão aberta para dar ampla liberdade de respostas.

O tratamento dos dados obtidos nas respostas dos questionários foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo proposta por Moraes (1999). Não foi utilizado nenhum meio eletrônico para esse fim. Sendo elaborado um texto síntese desenvolvendo o conhecimento técnico dos entrevistados, considerando a opinião destes perante o assunto com o uso “citações diretas” dos dados originais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE MELHORAMENTO GENÉTICO

3.1 REVISÃO TEÓRICA

3.1.1 Agricultura

Nós dias de hoje com toda inovação tecnológica e conceitos de produção voltados para o Agronegócio, falar em agricultura parece coisa da antiguidade. Considerando a evolução e todo processo de desenvolvimento da agricultura, conforme Mazoyer e Roudart (1998) relatam que a espécie *Homo sapiens* é recente, seu surgimento ocorreu entre cinquenta mil e vinte mil anos atrás, mas foi a espécie que conseguiu maiores e mais rápidos avanços técnicos, pois há dez mil anos já praticava agricultura e criação de gado. Com a evolução da espécie ocorreu a passagem da fase de caça e coleta para a agricultura, mudança ocorrida lentamente porém uma mudança técnica econômica que produziu profundas transformações sociais e culturais.

Cabe salientar que o homem não nasceu agricultor: quando surgiu, o *Homo sapiens sapiens* era caçador-coletor. Quando começou a praticar os cultivos e a criação, não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Também não dispunha de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas fabricou-os em todas as variedades, e cada vez mais poderosos. Graças a esta prática, pôde ajustar os sistemas de cultivo e de criação extremamente variados e adaptados aos diferentes meios do planeta, mudando-os de acordo com suas necessidades e de acordo com as ferramentas disponíveis (Miguel. 2009 p42).

A alteração na vida dos humanos a partir do início da agricultura exigiu o estabelecimento de um conjunto de regras para preservar o direito de colheita dos

campos por quem havia semeado e a preservação do direito à caça dos animais de criação, uma vida em comunidade, mas com finalidade exploratória. Afora o regramento inicial das “propriedades”, os humanos dessa época tinham de reservar parte dos grãos como sementes e dos animais como reprodutores, dividir o novo trabalho entre os membros do grupo, criar novas formas de sucessão familiar, enfim “institucionalizar” um novo modo de vida que permitisse a manutenção e reprodução do grupo. No decorrer da evolução da espécie e da agricultura nos confrontamos com a modernização da agricultura. No entanto, desde as mudanças nos sistemas de produção realizadas durante o período feudal, como o sistema trienal e novos instrumentos de cultivo, ocorre um processo de intensificação da produção agrícola. Mais tarde, com o surgimento do sistema de rotação de culturas Norfolk, da máquina de vapor e dos adubos sintéticos, essa intensificação acentuar-se-ia.

Pesquisadores e estudiosos introduziram na agricultura compostos químicos as bases da quimificação da agricultura. Mendel forneceu condições para seleções genéticas mais aprimoradas. A tração animal passou a ceder lugar à máquina, num processo crescente de mecanização das atividades. Como não era necessário fertilizar com dejetos animais, tampouco os animais precisavam puxar o arado ou carroças, a carne passa a ceder lugar para o aço. Mas não se restringiam ao aspecto tecnológico as mudanças que a época moderna reservava para o setor agrícola.

Corazza e Martinelli Jr. (2002) reiteram que a agricultura na Antiguidade tinha como regra geral a produção de bens, pois a busca de riqueza estava subordinada à finalidade de atender as necessidades humanas e não constituía um fim em si mesmo. Na Idade Média, a agricultura é a atividade principal que dá sustento ao feudo, mantido com o trabalho servil. O excedente produtivo, obtido nos sistemas agrícolas mais intensivos no período feudal, permitia sustentar um número maior de pessoas nas cidades. O aumento da população nas cidades, a ampliação da participação do capital comercial na economia e o desenvolvimento das manufaturas e corporações urbanas iam alterando a forma tradicional de ocupação de espaço e de organização das sociedades. Porém, a despeito de todas as mudanças, a agricultura ainda mantinha seu status de atividade principal, principalmente com a monocultura principalmente a cultura da soja.

Tal atividade baseada na monocultura originou um processo de sujeição econômica, com a renda fixada pelas condições de mercado e não por algum padrão legal ou consuetudinário. Assim, os agricultores ficaram dependentes do mercado não apenas para venda de seus produtos, mas também o acesso aos meios de produção passou a ser mediado pelo mercado. Nessa nova relação, instalou-se um ambiente de competição que obrigava os arrendatários, médios e pequenos produtores a aumentar a produtividade de suas terras, sob pena de serem excluídos do sistema. Esse aumento de produtividade visando ao lucro era denominado de melhoramento. Por este entendia-se não apenas inovações tecnológicas e desenvolvimento de técnicas agrícolas, mas também novas formas e concepções de propriedade. Novas formas que eliminavam antigos costumes e práticas da concepção tradicional de propriedade. Apesar dos inúmeros conflitos, esses antigos direitos vão perdendo espaço para a propriedade melhorada e seus “enclosures”. A propriedade não era apenas privada, agora era privada e excludente, eliminando todas as restrições para a maximização dos lucros dos arrendatários capitalistas e dos senhores donos das terras. O melhoramento, e não mais o costume, estabelecia o direito sobre a propriedade.

Com a consolidação do modo de produção capitalista, a agricultura passa a ser vista de maneiras diversas pela economia. Corazza e Martinelli Jr. (2002) mostram que, na economia clássica, com o deslocamento da origem do excedente da terra para o trabalho, a agricultura perde a supremacia real, mas detém ainda a supremacia teórica e analítica.

O avanço científico da Revolução Industrial permitiu a eliminação de uma série de restrições técnicas para a exploração das culturas mais rentáveis, sob sistema de monocultura. Se antes era necessária uma maior diversidade de cultivos através da rotação de culturas para manutenção da fertilidade e da estrutura do solo, novos produtos como máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, variedades melhoradas com alta resposta aos fertilizantes permitiram que se cultivasse uma mesma espécie, durante um longo tempo, sem prejuízo de sua rentabilidade. Paralelamente ao avanço tecnológico, uma série de serviços estatais e paraestatais entra em cena para justificar o modelo e torná-lo mais dinâmico e massivo. Surgem os centros de pesquisa agrícola e os serviços de Extensão Rural. O primeiro promovendo adaptação e geração de tecnologia e o segundo popularizando essas

técnicas entre os agricultores e expandindo o modelo euro-americano pelo mundo, num fenômeno também conhecido como Revolução Verde.

3.1.2 Agricultura Familiar no Brasil

No Brasil, a partir dos anos 1980, através dos movimentos sociais, surgem questionamentos sobre o que lhes é reservado por esse modelo de desenvolvimento agrícola baseado na monocultura, no uso abusivo de insumos externos e com alto custo ambiental e social. Críticas são levantadas ao modelo concentrador e excludente dessa modernização da agricultura; os custos crescentes de produção e financiamento do sistema surgem, uma nova concepção de agricultura que pudesse atender as necessidades daqueles setores que excluídos ou em fase de exclusão no atual modelo. Com vários estudos na área preconizam a diversidade da agricultura familiar brasileira sendo que Abramovay indicou uma premissa que a agricultura familiar integra-se a ao mercado, com suas produções sem grandes escalas em áreas pequenas, mas produção com qualidade gerando excedentes que agregam valor à produção. Compreendem tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza. “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (Abramovay-1992).

A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que

resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia ou pelas políticas públicas.

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza. Também se diferenciam em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido, como à inserção ambiental e socioeconômica que podem variar radicalmente entre grupos de produtores em função de um conjunto de variáveis, desde a localização até as características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. Sendo 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares.

Diante desta informação fica evidente a importância da Agricultura familiar não apenas como garantia da segurança alimentar, mas para o desenvolvimento do país, pois esta diversidade cultural e produtiva, além do autoconsumo, a produção na agricultura familiar possui a capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado, amplia o acesso aos alimentos garante a produção diversificada aumentando a relação harmoniosa entre o campo e a cidade. A agricultura familiar é um conceito muito discutido e debatido academicamente pelo qual Wanderley (1999, p.23), define-o como sendo:

Entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Sua importância tem caráter histórico, ela tem uma relação social peculiar, não envolve apenas o produtor rural, mas uma dinâmica na extensão as atividades de assistência técnica devem ser diferenciadas da que o atendimento a produtores de produção em escalas, pois deve se pensar na produção, no como produzir, quanto produzir e ainda na agregação de valor ao produto final da produção, gerando uma atividade complexa, contando ainda que os profissionais envolvidos possuam laços maiores que os trabalhistas, pois são áreas pequenas que gera o conflito da manutenção de todos os membros da família é cultural que na visão do agricultor familiar ele produza em um pequeno espaço praticamente tudo o que é necessário para garantir a existência dos seus filhos, tais como alimentos, lazer e abrigo. Neste contexto as políticas públicas para a agricultura familiar sempre deveram ser bem estruturadas e agregar todas as dimensões, consolidando tecnologia com as limitações, de forma a inserir a produção no mercado e manter os laços familiares.

A eficácia nas técnicas e manejos de insumo e capital que geram uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente deve ocorrer, através de uma estratégia integrada entre os consumidores e produtores dentro da coletividade, juntando as instituições e realçando novas maneiras de alternativas para facilitar o crescimento as pecuária e agricultura familiar com menor impacto ao ambiente, ocorrendo assim um desenvolvimento sustentável.

3.1.3 Agricultura Familiar no RS e a Política Pública Estadual

Conforme apresentou a Comissão de Agricultura e Pecuária e Cooperativismo em estudo elaborado pela Universidade de São Paulo, este confirma a potencialidade da agricultura familiar na produção de riquezas do estado, pois demonstra que a mesma é responsável por 27% do Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo consideravelmente para a produção de alimentos, superando inclusive o regime patronal que é responsável por 22% do Produto Interno Bruto (PIB)

(GUILHOTO-2007). Constatamos assim a importância da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, e justificasse o interesse de melhoria das condições de vida e renda.

Conforme Guilhoto, J. J. M. et al:

O Sul do Brasil é a região que mais sobressai na produção familiar. Em 2004, o PIB do agronegócio familiar nacional atingiu a cifra de R\$ 181 bilhões, dos quais cerca de 44%, ou R\$ 80 bilhões, estavam concentrados na região Sul e, destes, metade estava no Rio Grande do Sul, totalizando R\$ 40 bilhões (R\$ de 2005).[...] A região Sul possui peculiaridades que determinam o êxito de propriedades familiares rurais(GUILHOTO, J. J. M. et al-2007 p10).

Esta desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias. Este tipo de associação permite que o subproduto gerado em uma produção possa ser aproveitado como insumo, ou matéria-prima para a fabricação de outro insumo, utilizado na produção de outra cultura dentro do sistema. A partir dos restos de cultura, por exemplo, o produtor pode fabricar a compostagem³, utilizada como matéria orgânica no preparo do solo; o esterco produzido pelos animais pode ser utilizado como fonte de matéria orgânica para o solo ou como insumo para a produção de húmus. Dessa forma, o próprio sistema de produção utilizado pelos produtores familiares, em muitos casos, favorece a fabricação de alguns insumos básicos, de modo que não seja necessário adquiri-los de fornecedores, esta diversidade de produção destas difere da agricultura patronal, pois estas se caracterizam pela monocultura adquirindo os insumos de fornecedores, pois buscam altos índices de produtividade.

No momento da implantação de novas tecnologias deve ser esperado que a administração da propriedade rural seja atualizada, deixando os métodos convencionais no passado, modernizando a gestão rural conforme a realidade da propriedade. O desenvolvimento da agricultura familiar visa melhorar as condições de vida de uma grande porcentagem da população. A percepção da realidade da propriedade visa o melhor aproveitamento desta, implantando tecnologias que

3A compostagem é o processo de transformação de materiais grosseiros, como palhada e estrume, em materiais orgânicos utilizáveis na agricultura.

auxiliem em novas atividades que se encaixem nesta realidade. Desta maneira é necessário que o agricultor familiar esteja ciente da sua condição e pronto para a implementação de suas atividades integrada a programas de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Schneider (2006) o reconhecimento da existência da agricultura familiar, ocorreu a partir da década de 1990. Este reconhecimento se deu principalmente por meio de movimentos sociais e através da legitimação do Estado por meio de políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), este estabelecido no ano de 1996. O autor suscita ainda a importância do reconhecimento acadêmico, por meio de estudos, o que referenda o termo. Na visão do autor, a consolidação da agricultura familiar demorou a ocorrer, em razão dos debates e discussões terem girado em torno da questão agrária, em que a modernização do campo surgiu no local da reestruturação fundiária.

As políticas públicas voltadas para a agricultura não diferenciavam as grandes e médias propriedades da agricultura familiar. Deste modo as garantias solicitadas para créditos eram sempre maiores excluindo os pequenos produtores. Assim um grande desafio para a obtenção de renda dos produtores familiares que precisam com mais facilidade o acesso ao crédito, tendo a necessidade da disponibilização dos serviços públicos essenciais, serviços de orientação e extensão rural, assistência técnica de qualidade conforme apresentam Segatti e Hespanhol (2008). Outro importante fator é o que trata o papel das políticas públicas perante seguros agrícolas, política de preço mínimo, pois estes produtores ficam à mercê das oscilações nos preços, políticas de subsídios, acesso a crédito, concessão de incentivos regionais ou a determinadas culturas e atividades, buscando facilitar a inclusão deste no mercado ou muitas vezes a simples permanência na atividade. Ao mesmo tempo, alterações macroeconômicas no país ou fora dele, podem afetar a atividade agropecuária, sem que haja qualquer possibilidade de interferência por parte do produtor rural (CELLA, 2002).

Os produtores da agricultura familiar devem buscar novas tecnologias para não serem excluídos do processo produtivo, adotando assim um “sistema gerencial de planejamento e custos agropecuários, atualização das informações com aperfeiçoamento profissional, possíveis de gerenciamento de suas atividades de

cria, cria e engorda de gado, tanto de maneira integral ou independente” (MARION e SEGATTI, 2006).

Podemos observar que uma das dificuldades da agricultura familiar é produzir em grande quantidade, ou seja, em larga escala, com isso acabam perdendo competitividade, isso ocorre devido à exigência de economia de escala, ou seja, o volume produzido acaba diluindo os custos de produção de acordo com Nogueira e Schmukler (2011). Sendo sempre necessário inserir a diversidade com agregação de valor. Desta maneira o produtor terá que buscar formas, evoluindo, explorando seu lado empreendedor que geralmente limita-se no capital financeiro, desta forma o crédito e as várias políticas públicas voltadas para a categoria tem extrema importância para possibilitar o crescimento da agricultura familiar.

O recurso do crédito rural é de suma importância para o agricultor, no sistema financeiro é onde se apresenta as menores taxas de juros, sendo uma linha de crédito que mais tem crescido nos últimos anos. Rocha e Santiago (2014). Com variados créditos o financiamento de insumos para a atividade leiteira, tornou-se um elemento no incentivo da produção leiteira, com a possibilidade de recursos de investimentos em equipamentos e alimentação a adesão de novos produtores nesta atividade tem aumentado.

Está em prática, no Estado do Rio Grande do Sul, o Programa Estadual de incentivo da Qualidade de Carne e do Leite – DISSEMINA, que vem incentivando a agricultura familiar a melhorar a genética do rebanho, através da parceria firmada com os municípios contemplados pelo programa, com repasses de doses de sêmen bovino, de raças de corte e leite a um baixo custo, contribuindo desta forma com as cadeias produtivas de pecuária de leite e corte. Com o programa o governo está disponibilizando novas tecnologias para agricultura familiar, com o suporte da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), atuando em parceria dos municípios no melhoramento do rebanho bovino, criou o Centro de Biotécnicas Reprodutivas (CBR), formado pela Central Riograndense de Tecnologia de Embriões (CRTE). Com os objetivos de garantir uma produção de carne e leite de boa qualidade, deverá haver uma relação adequada entre as características nutricionais, reprodutivos, genéticos, sanitários e econômicos, para um aumento produtivo. Sendo assim, a eficiência reprodutiva é analisada através da relação do

número de fêmeas em idade reprodutiva pelo número de terneiros desmamados por ano. A bovinocultura é uma das atividades que exerce um papel fundamental na sustentabilidade e no capital de giro em curto prazo para os agricultores familiares. A pecuária de leite é uma das principais atividades desenvolvidas, estando presente em 36% dos estabelecimentos do Brasil, classificados como de economia familiar, além de responder por 52% do Valor Bruto da Produção total deste segmento .

O Rio Grande do Sul contribui com o sexto maior rebanho brasileiro, o maior da Região Sul, com aproximadamente 14 milhões de cabeças, sendo que 868.538 correspondem aos machos de mais de 36 meses (6,5%), 5.028.194 vacas adultas, 1.373.394 novilhas de 2 a 3 anos, totalizando 6.401.588 fêmeas em idade reprodutiva (47,6%), 1.312.295 novilhas de 1 a 2 anos (9,8%), 1.312.295 ternheiras e 1.099.918 ternheiros (17,9%) e os 18,2 % restantes de bois de diferentes idades SAN/SEAPA (2011). Além disso, o Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor nacional de leite, responsável por 12% da produção nacional ou 3.668.050 mil litros ano EMBRAPA (2010), sendo que a produção é bem distribuída ao longo de todo o seu território. As regiões com maior produção são: Noroeste Colonial, com 11,3%; Produção, com 11%; Fronteira Noroeste, com 9,4%; e Serra, com 8, 1 % do leite produzido no Estado.

3.1.4 Inseminação artificial em bovinos.

Segundo a lenda, a inseminação artificial foi utilizada pela primeira vez no ano de 1332, em equinos, pelos árabes. Mas a história registra como marco inicial a primeira inseminação artificial (IA) documentada e bem-sucedida foi realizada por Lazzaro Spallanzani em 1779, um monge italiano, em uma cadela que resultou no nascimento de três filhotes. Mais de um século se passou antes que em 1890 franceses, na figura do veterinário Repique, realizassem inseminação artificial em éguas. Heape e outros pesquisadores, em Cambridge, no ano de 1897, relataram que a inseminação artificial havia sido utilizada em estudos isolados com coelhos,

cães e cavalos. O italiano Giuseppe Amantea, em 1914, construiu a primeira vagina artificial que foi utilizada para a coleta de sêmen em cão. Os primeiros sucessos com inseminação artificial em bovinos e ovinos foram obtidos pelo russo Elias Ivanoff em 1922, ele realizou estudos sobre reprodução, investigou o papel do frio na conservação do sêmen e aplicou intensivamente a inseminação artificial. Em 1928, a Rússia iniciou a inseminação de bovinos e ovinos em larga escala, inseminando, durante aquele ano, 1,2 milhões de vacas e 15 milhões de ovelhas. No Brasil, a técnica só ganhou impulso a partir de 1970 quando foram criadas as primeiras empresas especializadas.

Conforme Gordo (2011) a técnica no Brasil foi inicialmente utilizada para gerar reprodutores e matrizes bovinas de elite. Contudo, está ocorrendo uma mudança progressiva e tornando-se uma ferramenta importante para diversos segmentos da pecuária de carne e leite, respectivamente. Desde 2008, esta apresenta crescimento em um ritmo mais acelerado. Justifica-se pela busca de padronização conforme exigência do mercado consumidor.

Entende-se por inseminação artificial (IA) o procedimento de depositar o sêmen do macho no útero da fêmea utilizando meios artificiais em lugar da cópula natural. Por trás desse processo, relativamente simples, está toda uma logística direcionada ao desenvolvimento de produtos e/ou processos para a produção e conservação do sêmen, à identificação e seleção dos melhores reprodutores para um propósito específico (produção, controle de doenças, etc.) e à comercialização, em nível regional e global, de produtos e serviços relacionados com esta indústria.

Dentre as vantagens, podemos citar: O número de espermatozoides liberado em um ejaculado de touro (aproximadamente cinco bilhões) é muito superior às necessidades da fecundação. Com efeito, esse processo pode ser realizado com eficiência utilizando unicamente três milhões de espermatozoides (às vezes menos) quando colocados diretamente no útero. Na prática, e por medida de segurança, uma dose de sêmen congelado contém aproximadamente 20 milhões. Assim, diluído em um tampão adequado, um único ejaculado fracionado é capaz de fecundar algumas centenas de fêmeas. O sêmen, quando congelado, conserva sua viabilidade indefinidamente, eliminando a necessidade de utilizar o sêmen fresco no período imediatamente posterior à coleta. Basicamente, a IA apresenta vantagens

decorrentes do melhoramento genético dos rebanhos (incluindo um incremento quantitativo e qualitativo da produção), obtido pelo emprego de touros comprovadamente superiores. Uma pequena revisão da relevância desses aspectos pode ajudar a entender o motivo dos ganhos obtidos com o uso da IA, quando bem implementada em sistemas de produção de gado de leite e de corte.

Desde o início da domesticação dos bovinos, os criadores têm se dedicado a adaptar as características dos animais às suas expectativas (trabalho, produção, docilidade) e ao ambiente. Esta adaptação consiste em substituir regularmente uma parte das fêmeas do rebanho (por motivos de senilidade, baixa produção, doença, morte acidental, etc.) por outras melhores, as quais serão, de forma geral, as filhas das melhores vacas.

Tendo outras vantagens como: Possibilitar o cruzamento entre raças; reduzir a dificuldade dos partos, pelo uso de touros que comprovadamente produzem filhos de pequeno porte ao nascimento; melhorar o controle zootécnico do rebanho. Entre outros.

A técnica consagrou-se mundialmente e provou ser viável, técnica e economicamente, para acelerar o ganho genético e o retorno econômico da pecuária. Ainda, em países de clima tropical, a IA permite a utilização de sêmen de touros *Bos taurus*⁴ para cruzamento industrial, os quais não possuem condições de adaptação ao clima e ao manejo das propriedades. Entretanto, para obtenção de elevados índices reprodutivos com o uso da IA é necessário compreender as limitações do emprego desta biotecnologia. Em todo o mundo existem relatos que indicam baixa taxa de serviço⁵ em bovinos, principalmente devido a comprometimentos na eficiência da detecção de estro⁶. Este comprometimento é maior em rebanhos *Bos indicus*⁷ devido a particularidades do comportamento

4 Espécies Bovina o *Bos taurus* (boi europeu)

5 É um índice zootécnico muito utilizado para se determinar a eficiência de um manejo reprodutivo. Para obter a taxa de serviço, devemos dividir o número de fêmeas inseminadas ou cobertas dentro de um período de tempo determinado, pelo número total de fêmeas aptas. Por exemplo: Se dentro de um mês um inseminador conseguiu inseminar 30 vacas das 100 vacas que havia no lote, significa que a taxa de serviço dele foi de 30%.

6O estro, também denominado cio, é o dia zero do ciclo estral, ou seja, é quando a fêmea apresenta os sinais de receptividade sexual, ocorrendo em seguida, a ovulação.

7 Espécie Bovina o *Bos indicus* (boi indiano, zebu, maior parte do nosso rebanho).

reprodutivo, como por exemplo, o estro de curta duração com elevado percentual de manifestações noturnas (BIOGENESIS, 2004).

Esta tem importante tarefa de aprimoramento dos rebanhos, e, conseqüentemente, adição de ganho diferenciado, em função disso um desenvolvimento rural diferenciado, com agregação de valores em relação à genética nas pequenas propriedades, bem como no ganho de peso dos animais e de produção leiteira, representando um avanço de qualidade das raças leiteiras e de corte, com o empenho da liberdade dos produtores na escolha do tipo de sêmen a ser utilizados em suas matrizes para que o objetivo dos investimentos seja atingido. Deste modo o aproveitamento da Inseminação Artificial visa favorecer melhores e mais seguros retornos financeiros para a propriedade, fortalecendo seus lucros e o desenvolvimento racial dos rebanhos, qualificando o seu trabalho (ALVAREZ, 2008).

As políticas públicas de incentivo a inseminação realização uma transformação no cenário, ocasionando desenvolvimento rural, sendo que esta tecnologia apresenta uma demanda particular para a adoção, e diferentes maneiras. Através desta tecnologia, se podem alcançar outras ações, tais como a nutrição animal, melhorando a alimentação dos bovinos, estimulando o cultivo de forrageiras e pastagens de inverno e verão, transformando e desenvolvendo setores da produção de gado de corte e leite com melhoramento genético (SANTOS, 2001).

3.1.5 Relações Intergovernamentais, Descentralização e Consórcios.

Nas últimas décadas a estrutura do Estado brasileiro foi profundamente alterada, com a federalização das relações intergovernamentais, bem como das mudanças significativas da relação entre o poder público e a sociedade.

Os sistemas políticos federativos caracterizam-se pela distribuição territorial da autoridade política, desta forma em um mesmo território haverá mais de um governo responsável pelo exercício do poder político. A autonomia dos entes

federados pode variar em diversos de sistemas federativos existentes desta forma optam pelos modelos políticos e escolhem suas políticas públicas em seus territórios

Estruturas federativas de distribuição do poder político, desse modo, acarretam duas consequências para a descentralização de políticas sociais: 1) a transferência de competências entre níveis de governo dá-se por meio da adesão do nível subnacional, que possui autonomia para escolher participar ou não de determinado programa ou política social; 2) envolve uma série de *barganhas federativas* entre os entes federados, que impactam o ritmo, abrangência e contornos da descentralização (ABRÚCIO, 2005).

A Constituição Federal de 1988, repactuou a relação entre o Estado e a Sociedade, colocando na agenda política os temas da participação e do controle social na elaboração e implementação das políticas sociais e promoveu um novo conceito de sistema de proteção social, sob a forma de políticas sociais de acesso universal e gratuito. Consagrou o processo de descentralização político-administrativo e fiscal do país, fortaleceu a autonomia e a base tributária dos governos subnacionais e aumentou o volume das transferências de recursos intergovernamentais. Destacando a criação de uma Federação trina, reconhecendo constitucionalmente os municípios como entes federativos. Tal estrutura federativa se compõe de três esferas autônomas e interdependentes de governo, constitui um desenho particular de Federação, entre o conjunto de países que se organizam sob a estrutura institucional e política de distribuição territorial do poder.

De acordo com Ravanelli(2010),a partir da Lei nº11. 107, sancionada pelo Presidente Lula, em 06 de abril de 2005, a qual vem complementar e aprimorar o desenho federativo brasileiro que emerge junto a Constituição de 1988. A chamada Lei dos Consórcios Públicos dá nova regulamentação à cooperação horizontal e vertical entre as três esferas de governo para gestão compartilhada de políticas públicas e institui um arcabouço legal e institucional para a concretização do Federalismo Cooperativo no país, cujos princípios enunciados na própria constituição de 1988 careciam de regulamentação. Vinculada à emenda constitucional nº19 de 1998, que modificou a redação do art.241 para os seguintes termos: “União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre entes federados,

autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem com a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos”.

Desta forma o Consórcio Público constitui essencialmente um novo instrumento de gestão intergovernamental que possibilita uma maior articulação das iniciativas e políticas públicas entre as diferentes esferas de governo. Colocou-se assim, à disposição dos entes federados, um arranjo institucional que possibilita uma nova prática de pactuação e cooperação intergovernamental no espaço macro e sub-regional.

O consórcio público, em razão da sua complexidade, é um instrumento capaz de formalizar uma gestão intergovernamental para assumir diversas finalidades e objetivos comuns, em diversas escalas de atuação do poder público e com formas diferenciadas de contribuição dos entes consorciados. É possível constituir um consórcio atendendo às especificidades de cada serviço público, em busca de uma escala mais adequada à sua prestação e coerente com o acordo político próprio de cada arranjo institucional. Podem ser citados como exemplo os serviços de transporte urbano bem como utilizar o consórcio público para funções públicas integradas, por exemplo, o planejamento e elaboração de projetos, assistência técnica aos municípios e diversos.

O consórcio público responde assim à necessidade de uma maior institucionalização da cooperação intergovernamental para a gestão consorciada de atribuições compartilhadas, que permite contribuições diferenciadas de financiamento e poder de decisão compartilhada entre as esferas de governo consorciadas no âmbito do território, de forma a levar em consideração as desigualdades na capacidade administrativa e financeira dos entes federados. (ALMEIDA TMH, 1995).

Diante da busca de minimizar as grandes desigualdades regionais e as assimetrias existentes entre as administrações públicas que compõe a Federação brasileira. As ações intergovernamentais aumentam a diversidade das políticas públicas que produzem ganhos para as três esferas, de tal forma a aperfeiçoar os recursos públicos fortalecendo as relações e prestando um serviço adequado a

população. A cooperação entre esferas de governo permite igualmente a prestação compartilhada de assistência técnica e o compartilhamento de bens e pessoal qualificado entre as administrações públicas associadas. A sustentabilidade de pequenos municípios pode ser uma realidade. Pois novos arranjos institucionais de articulação e pactuação entre os entes federados podem pavimentar a construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Sendo que com a cooperação fornece arranjos para o cumprimento dos preceitos da administração pública e da gestão fiscal, que irá facilitar a prestação de contas dos entes consorciados frente aos Tribunais de Conta e o Ministério Público e permitir a transferência de recursos fiscais e de financiamentos intergovernamentais.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E SITUAÇÃO DO REBANHO BOVINO.

O município de Santo Augusto, cuja colonização ocorreu no início do século passado, está localizado na Região Noroeste do RS, com uma área de 468 Km². Atualmente a população é de 13.970 habitantes, dos quais 81% vivem no meio urbano. No total, são 834 estabelecimentos agropecuários, sendo 86,58% até 50há caracterizados como agricultura familiar⁸. Estes estabelecimentos familiares possuem área total de 9.860 ha, perfazendo uma média de 13,63 há por estabelecimento. Dos estabelecimentos familiares, 24,67% possuem área inferior a cinco ha. O maior percentual de estabelecimentos (48,14%) está situado nas faixas de 0 a 5 ha e de 20 a 50 ha. Conforme dados da FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA –FEE a agricultura familiar é considerada a maior responsável pelo emprego no campo. A composição do Valor Adicionado Bruto do município também evidencia a importância do segmento agrícola, pois a agropecuária representa 30,8%, enquanto a indústria, modestos 7,2% da economia municipal, onde se destacam os serviços, com 62% segundo a FEE (2008).

O município vem sofrendo uma gradativa concentração da população no centro urbano em decorrência da saída da população rural que pode ser comparada no Quadro 1. Em 2007 as propriedades rurais representam 21,4%, aproximadamente 1/5 da população total do município. Essa redução não é apenas relativa, em valores absolutos a população rural reduziu de 3.636 para 2.895 habitantes entre os anos 1996 e 2007, acompanhando a redução da população total de Santo Augusto, que foi de 1612 pessoas. Um dos fatores principais para o agravamento dessa situação deve-se ao avanço do modelo de produção iniciado na década de 50-60 através da modernização da agricultura e aprofundado nos dias atuais pelo chamado

82006, (Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais);

agricultura de escala ou empresarial , que não prioriza a permanência das famílias no meio rural, mas os ganhos em produtividade, através da adoção de técnicas consideradas modernas e ganhos em escala. Isto demonstra que há necessidade de inclusão através dos incentivos de modo a garantir a sustentabilidade destas famílias, mantendo se a produção de subsistência e agregando valor aos excedentes, bem como buscar tecnologias de produção poupadoras de mão de obra.

QUADRO 1-Domicílios e População do município de Santo Augusto-RS

Situação do Domicílio	Domicílios particulares permanentes (Unidades)-1996	População recenseada em domicílios particulares permanentes (Pessoas)-1996	Domicílios particulares permanentes (Unidades)-2007	População recenseada em domicílios particulares permanentes (Pessoas)-2007
Total	4.212 (100%)	15.137 (100%)	4.468 (100%)	13.525 (100%)
Urbana	3.244 (77,02%)	11.501 (75,98%)	3.553 (79,52%)	10.630 (78,60%)
Rural	968 (22,98%)	3.363(24,02%)	915 (20,48%)	2.895 (21,40%)

Fonte: IBGE-Contagem da população 2006

A mudança no perfil dos domicílios e da população também está associada à mudança na estratificação fundiária de Santo Augusto, conforme se observa no Quadro 2. Atualmente o número de estabelecimentos agropecuários com até 50 há representa 86,58% do total de estabelecimentos, no entanto, possuem apenas 23,45% da área. Pode-se verificar que esses valores não modificaram em relação ao período de 1995. No entanto, houve uma maior concentração de terras nas grandes propriedades. Atualmente, 54,03% da área encontra-se em posse de 33 estabelecimentos, ou seja, 4,19% com área superior a 200 ha. E apenas nove estabelecimentos possuem 32,29% das terras em Santo Augusto. Desta forma demonstra que há uma divisão de terras de forma desigual no uso, pois a produção diversificada limita-se a área de terras da agricultura familiar sabendo-se que está se utiliza de maior mão de obra. O restante do uso da terra tem na sua produção a monocultura com ênfase na produção de soja utilizando maquinário pesado,

reduzindo o uso de mão de obra, sendo um município agrícola sem indústrias o fato da diminuição do uso de mão de obra gera um êxodo do município em busca de opções de emprego, sem considerar as questões de agregação de valor à produção que diversos produtos são adquiridos de outras regiões.

Outra informação interessante é o aumento dos estabelecimentos com área até 50 há. Em 1995 totalizavam 568 unidades, ou 81,38%; em 2007 passam para 723, aumentando sua participação para 86,58%. Entretanto, não aumentam sua participação na área total, ou seja, supõe-se um fracionamento das propriedades, característico das divisões de inventários para herdeiros, ou fracionamento e vendas para outros pequenos proprietários.

QUADRO 2- Estabelecimentos agropecuários e área no município de Santo Augusto.

Grupos de área total no município de Santo Augusto	Nº de estabelecimentos agrop. 1995		Área dos estabelecimentos agropecuários. 1995		Nº de estabelecimentos agrop. 2006		Área dos estabelecimentos agropecuários. 2006	
	Unid.	%	Há	%	Unid.	%	Há	%
De 0 a menos de 5 há	206	24,67	291,94	0,71	206	24,67	475	1,12
De 5 a menos de 10 há	156	18,68	803,045	1,97	156	18,68	1.084	2,58
De 10 a menos de 20 há	165	19,76	1.965,17	4,83	165	19,76	2.254	5,36
De 20 a menos de 50 há	196	23,47	6047,43	14,86	196	23,47	6047	14,39
De 50 a menos de 100 há	50	5,99	4.099,99	10,08	50	5,99	3.324	7,91
De 100 a menos de 200 há	26	3,11	4345,25	10,68	26	3,11	3.335	7,94
De 200 a menos de 500 há	22	2,63	5.349,50	13,15	22	2,63	7.086	16,86
De 500 a menos de 1000 há	3	0,36	7.792,70	19,15	3	0,36	2.050	4,88
De 1000 a menos de 2500 há	9	1,08	4.877,60	11,99	9	1,08	13.566	32,29
De 2500 ha e mais	1	0,12	5.113,9	12,57	1	0,12	X ⁹	X ¹
Total	834	100	40.686,53	100	834	100	42.016	100

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário 2006

Em relação à população bovina dados da Inspetoria Veterinária e Zootécnica de Santo Augusto de 2008, consta-se nos registros 8590 animais, destes 7111

9 X¹ - Note-se que um estabelecimento com área superior a 2.500 ha, não está contabilizado na soma das áreas de grandes proprietários.

oriundos de propriedades cuja atividade principal é a produção leiteira. Dessas, 390 propriedades seriam enquadradas na agricultura familiar, observa-se que a atividade leiteira teve um crescimento no município nos últimos anos, conferindo com os registros da Inspeção Veterinária e Zootécnica de Santo Augusto, dados de julho de 2014, verifica-se a existência de 495 propriedades cadastradas com um rebanho de 10.094 bovinos, destas propriedades, 484 são produtoras de leite, sendo que 452 estão enquadradas nas características da agricultura familiar, ou seja, aptas a participar da política de incentivo de inseminação artificial.

Os determinantes da mudança no cenário não estão claros, mas pelo conhecimento técnico da área julga-se o fato de que a alternativa da pecuária representa uma renda mensal ao produtor, bem como nos últimos 10 anos instalaram-se na região e proximidades empresas beneficiadoras de leite, aumentando assim as possibilidades, através da concorrência, do produtor obter mais ganhos, ainda as políticas públicas federais de crédito auxiliaram a atividade leiteira. Esta mudança no cenário municipal, com aumento de produção e de número de propriedades dedicadas a bovinocultura de leite, justifica as políticas de incentivos na produção leiteira.

4.2 A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Desde 2012 a política municipal de incentivo a inseminação artificial baseia-se na Lei Municipal N° 1.047, de 13 de novembro de 1992. A mesma autoriza a realização de convenio entre o Município de Santo Augusto-RS, e a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. (Cotrijui), visando o aprimoramento genético dos rebanhos bovinos de leite, tendo no corpo da lei as especificações de recursos bem como no artigo 4º define que esta lei fará parte integrante do Plano Plurianual de investimentos, constando os recursos para fomento da prática de inseminação artificial dotados em lei. De tal forma desde a criação desta lei ocorre o convenio entre o município e a cooperativa. No momento da gestão o convenio está regido pelo Sexto Termo Aditivo ao Convenio N° 01/2012.

O mesmo visa tornar acessível aos pequenos e médios produtores deste município, o aprimoramento genético de seus rebanhos de bovinos de leite. Através da inseminação artificial, para aumento da produção de leite consequente incremento da atividade e aumento da produção primária do Município, propiciando aos produtores alternativa de renda e ao Município, um maior retorno de tributos.

Sendo atribuições da Cooperativa (Cotrijui), executar inseminação artificial de bovinos produtores de leite, de produtores previamente cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária (SEMAP).

Cabendo ao município através Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária (SEMAP) realizar o pagamento a Cotrijui pelas inseminações, sendo o dia 10 (dez) de cada mês o prazo limite, sendo o valor de R\$ 13,00 (treze reais) por dose de sêmen, até no máximo 10 (dez) doses por beneficiário/ mês, conforme relação apresentada pela conveniada. Não ultrapassando o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a cada mês.

4.3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

A execução do convenio durante os últimos dois anos, consistiu no repasse financeiro, mediante relatório mensal apresentado pela cooperativa. Através da análise desses relatórios, pode-se avaliar a abrangência do convenio no município. Foram considerados na análise o número de produtores rurais da agricultura familiar e o número de fêmeas em idade reprodutiva, ou seja, acima dos 24 meses.

O cadastro da Inspetoria Veterinária e Zootecnia faz o controle do rebanho bovino efetivo¹⁰, bem como possui as informações referentes ao enquadramento dos produtores familiares a fim de controle na distribuição gratuita de vacinas. Constata-se que o convenio abrange em torno de 30 % dos produtores nestes dois anos do

¹⁰ Dados não publicados extração através de senha de servidor do SAN, Sistema de análise de Negócio da SEAPA.

estudo. Com relação às fêmeas em idade reprodutiva o índice de inseminação ficou em torno de 26 %, conforme demonstra a Quadro3.

O convenio não parece estar sendo efetivo, pois não abrange maior parte dos produtores, além disso, o foco principal do convenio é na transferência de recursos financeiros, não havendo por parte do poder público comprometimento em relação à assistência técnica e, conseqüentemente, com a eficiência. O poder público não conhece a efetividade e os benefícios que o programa garante aos produtores. A observação dos dados mostra que nestes dois anos não houve alternância entre os produtores beneficiados, ou seja, sempre o mesmo grupo utiliza o serviço, não ocorrendo ampliação dos produtores beneficiados, ao contrário, há pequena redução no número de agricultores atendidos. Esse fato deve-se a atual estrutura de prestação de serviços, pois sem os inseminadores, não há efetivação da ação. Logo, regiões que não possuem inseminadores, ficam desassistidas. Mas como as políticas públicas devem ser de caráter de inclusão, a atual gestão decidiu aderir ao convenio com o Programa DISSEMINA com o objetivo de ampliar os agricultores contemplados.

QUADRO 3-Dados da execução do programa municipal nos últimos dois anos-Santo Augusto-RS

Atividades/Ano	Ano 2013	Ano 2014
Produtores beneficiados	152	138
Doses de sêmen	1343	1259
Atendimentos para inseminação	571	544
Quantidades de produtores da agricultura familiar	466	452
Fêmeas em idade reprodutiva	5.000	4.900
Porcentagem de produtores beneficiados do município	32,62%	30,53%
Porcentagem de animais inseminados em relação aos existentes	26,86%	25,69%

Fonte: Elaborado pela autora (20150).

4.4 O PROGRAMA DISSEMINA

O programa Estadual de Incremento da Qualidade Genética da Pecuária de Carne e Leite -denominado DISSEMINA- trabalha, com o Centro de Biotécnicas Reprodutivas (CBR), em parceria com os municípios no melhoramento genético do rebanho bovino gaúcho, contribuindo para o desenvolvimento das cadeias produtivas da pecuária de corte e leite, em especial ao sistema de agricultura e pecuária familiar. O objetivo do Dissemina é o incremento da qualidade genética da pecuária de carne e leite em sistemas de agricultura familiar do Estado.

O Dissemina funciona de forma integrada entre as Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, num sistema que visa transferir as tecnologias disponíveis na FEPAGRO e outros órgãos de pesquisas públicos aos agricultores e pecuaristas familiares.

O projeto de restabelecimento de um programa estadual de inseminação artificial surgiu com a observação de um problema grave, principalmente entre os pequenos produtores rurais. A falta de oferta de sêmen de qualidade a preço acessível ou gratuito, tanto de raças leiteiras como de corte, dificultou o acesso dos agricultores e pecuaristas familiares ao melhoramento genético contínuo do rebanho, o que vem afetando diretamente o desempenho reprodutivo e produtivo do gado.

A partir do convênio firmado entre a SEAPA/FEPAGRO e os municípios, o programa distribui material genético (sêmen bovino) a custo zero e nitrogênio líquido a custo subsidiado. Como instrumentos para atendimento aos produtores, estão sendo disponibilizados, em regime de comodato, um automóvel utilitário e um botijão criogênico para armazenamento e conservação de sêmen. Em contrapartida, os conveniados devem realizar o gerenciamento e a efetivação do programa através de um responsável técnico devidamente capacitado e indicado pelas prefeituras. O programa iniciou com 31 municípios nas regiões da Campanha, Campos de Cima da Serra e Missões, a partir da identificação feita pelos gestores de regiões de baixo desenvolvimento econômico e com carência em termos de genética bovina. Em função das solicitações de adesão, posteriormente o programa foi expandido

praticamente todas as regiões do estado, com mais duas chamadas de adesão, além da primeira. O número de municípios contemplados em cada etapa foi dependente do quantitativo de recursos disponibilizados pelo governo federal (MDA) com contrapartida do estado para investimento em materiais. Atualmente o programa atende 157 municípios sendo 31; 59 e 67 na primeira, segunda e terceira etapa, respectivamente. Além dos critérios estabelecidos no manual operativo do programa, a demanda conjunta de algumas microrregiões foi importante para a escolha dos beneficiados em cada etapa de ampliação por facilitar o planejamento do atendimento de rotas predeterminadas de entrega de material genético e nitrogênio líquido.

O município de Santo Augusto, incluído na terceira fase do programa, apresenta destaque em termos de produção e produtividade da agropecuária no cenário estadual. As condições edafoclimáticas¹¹ permitem uma grande oferta de pastagens, grãos e cereais e com isso um manejo alimentar que garante boas condições para produção da bovinocultura, especialmente leiteira. Aliado a isso, a região vem sendo historicamente assistida por meio de ações públicas e/ou privadas, o que proporcionou uma qualificação no padrão genético dos animais e a formação do perfil especializado dos produtores rurais quando comparamos com outras regiões.

Em sua composição fundiária, o município apresenta grande número de propriedades familiares e que se enquadram nos critérios estabelecidos para adesão ao programa. No entanto, existe uma grande parcela das propriedades que necessitam orientação técnica e condições que viabilizem a eficiência da atividade pecuária através de melhoramento da genética de seus animais. A identificação das propriedades pelo técnico municipal que é responsável pelo programa é fundamental para que se priorizem propriedades que possuam dificuldades técnico-econômicas e que ainda não utilizam a ferramenta de inseminação artificial. Com associação ao que já vem sendo desenvolvido pelo município, o Programa Dissemina contribuirá para assistir grupos distintos de produtores rurais e qualificar os serviços oferecidos.

¹¹ Relativo aos solos e ao clima, caracterizando a influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos do reino vegetal, incluindo o uso da terra pelo homem, a fim de estimular o crescimento das plantas.

4.4.1 Vantagens para o município na adesão ao Programa DISSEMINA.

Com base nas entrevistas podemos mensurar as vantagens para o município com a adesão ao programa. O fornecimento do material genético a custo zero permite um aporte ao município e redução dos gastos da pasta da agricultura, que já possui um orçamento reduzido e poderia contar com esses recursos para investimento ou custeio de outras atividades. Está prevista a distribuição de nitrogênio líquido de forma subsidiada aos municípios com transporte realizado por caminhões próprios em rotas, atendendo um grupo de municípios próximos. Hoje poucas empresas realizam o serviço de comercialização de nitrogênio líquido no interior, o que, além do alto custo praticado, dificulta a reposição. Isso facilitará a reposição do nitrogênio líquido periodicamente, fundamental para a conservação sêmen com custo acessível ao município conveniado.

A instrumentação (carro + botijão) em regime de cessão de uso auxilia o atendimento aos principais beneficiados pelo programa, os produtores rurais.

Conforme o entrevistado responsável pela gestão municipal¹²(Entrevistado 1) é esperado vantagens na adesão ao programa, como o mesmo destaca:

O município aderiu ao Programa Dissemina por acreditar que ele poderá atender, em parceria com o município, uma grande demanda dos produtores de leite com relação a melhoramento genético, sanitário e alimentar do rebanho bovino no município e, com isso melhor os índices de produtividade e qualidade do leite e da carne produzida no município. (Entrevistado 1, 04,2015)

Essa visão é corroborada pela concepção do responsável pela gestão estadual:¹³ (Entrevistado 2)

12 Entrevista concedida por CAMILO. Paulo, [abril. 2015]. Entrevistador :Angela Luzia Samborski. Santo Augusto, 2015. Via questionário por e-mail. O mesmo encontra-se em Apêndice B neste trabalho.

13 Entrevista concedida por GONZATTO. Renan, [abril.2015]. Entrevistador :Angela Luzia Samborski. Santo Augusto,2015. Via questionário por e-mail. O mesmo encontra-se em Apêndice C neste trabalho.

Contar com o amparo técnico da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária e Secretaria da Agricultura e Pecuária para qualificar o atendimento aos produtores. Através da padronização do fomento ao uso da inseminação artificial é possível diagnosticar problemas e tendências, promovendo uma discussão conjunta para buscar realizar as intervenções mais pertinentes. [...]A inseminação artificial apresenta uma série de vantagens quando comparada ao cruzamento natural dos animais. A principal é permitir ao criador definir a manutenção de raças adequadas ao objetivo do rebanho, seja para a produção de leite, seja para a produção de carne. Investir em sêmen de qualidade garante a melhoria do padrão genético do rebanho. Isso aumenta a rentabilidade do produtor e a qualidade do produto. (Entrevistado 2, 04,2015)

Além destas vantagens, a adesão ao programa permite o uso de material genético de qualidade comprovada através dos dados de sua progênie apresentados nas provas em cada raça. O conhecimento das características que determinado reprodutor transmite a seus descendentes possibilita a realização de acasalamentos direcionados e a escolha do melhor touro para cada animal.

Com o uso da técnica de inseminação artificial, elimina-se o risco de transmissão de doenças venéreas, e reduz o risco da introdução de doenças infectocontagiosas, como a brucelose, permitindo melhor controle da reprodução, além de agregar valor ao rebanho.

Através do programa, o produtor tem à sua disposição um atendimento integrado pelos técnicos do município e estado. O Assistente através das orientações repassadas deve juntamente com o produtor discutir quais os cruzamentos serão realizados, quais os cuidados necessários com o manejo do rebanho, importância da identificação de cio, etc.

Considerando a visão do gestor municipal sobre os resultados esperados com a adesão ao programa, este demonstra que tem expectativas favoráveis, deste que com a troca de governo mantenha-se as relações intergovernamentais.

O objetivo do programa é oferecer aquilo que está faltando ao pequeno e médio produtor de leite e carne bovina. Com material genético de qualidade e assistência médico veterinário na propriedade se espera corrigir falhas morfológicas, sanitárias e na alimentação que possibilitarão um grande avanço no rebanho bovino do município, porém pra que isso ocorra é necessário que o governo e município cumpram com a sua função estabelecida pelo programa, pra que o mesmo seja implantado e conduzido com sucesso. (Entrevistado 1, 04,2015)

O Dissemina prevê o monitoramento e acompanhamento das ações, já que os responsáveis em nível municipal devem elaborar relatórios técnicos baseados em questionários fornecidos pela coordenação do programa. As informações sobre as características da propriedade, em especial as relacionadas às características do rebanho bovino e dos índices reprodutivos são inseridas pelos responsáveis técnicos de cada município e armazenadas em um banco de dados. Desse modo com o monitoramento é possível mensurar o impacto do programa, formando uma base de dados, que possibilitara ajustes neste e planejamento de novas políticas públicas destinadas aos produtores rurais.

No município o programa está em implantação com previsão de início das atividades de entrega de sêmen em maio de 2015, no momento a equipe está realizando entrevistas para cadastro de produtores. Desta forma ainda não há dados para mensurar o programa no município. Conforme informações do gestor estadual, a execução no restante dos municípios do Estado indica que:

A distribuição de material genético iniciou-se em setembro de 2013 para os municípios da primeira fase. No total, foram disponibilizadas 40.847 doses de sêmen, sendo 14.886 de raças com aptidão para corte e 25.961 de raças com aptidão leiteira. Os relatórios de inseminações começaram a ser informados a partir do segundo semestre de 2014 e estão sendo armazenados no banco de dados do programa. Os primeiros nascimentos aconteceram na última primavera-verão e os terneiros produzidos estão agradando positivamente os produtores e técnicos. No caso de produtores de corte, os ganhos são observados já no primeiro ciclo, pois além da qualidade das fêmeas que ficarão para reposição, os terneiros que serão comercializados para a recria/engorda tem apresentado uma boa velocidade de crescimento com uma boa padronização e peso, o que garante um maior ganho na comercialização. (Entrevistado 2, 04 2015)

4.4.2 Fragilidades apontadas pelos gestores do Programa DISSEMINA.

Apesar da relativa novidade e o pouco tempo da execução, os dois gestores entrevistados apontaram que já aparecem fragilidades ou pontos que devem ser melhorados na execução do programa.

4.4.2.1 A falta de material genético para atender a demanda.

A recuperação da Central Riograndense de Inseminação Artificial – CRIA e a criação de uma Central de Transferência de Embriões, com a incorporação da Central de Biotécnicas Reprodutivas – CBR daria o suporte em termos de fornecimento de material genético ao Dissemina..

Tal intenção não se demonstrou tão efetiva na prática. Conforme descreve o gestor estadual:

Com a celebração de convênios o programa entrou em atividade utilizando material genético do estoque da CRIA. Em função do longo período em que a central permaneceu desativada, o material disponível apresentava-se desatualizado e com qualidade comprometida. A ampliação do programa promoveu um aumento significativo na demanda por doses de sêmen. (Entrevistado 2, 4,2015)

Como a construção da CBR ainda não aconteceu o Estado não produz material genético e, por isso, para atender os municípios é necessária a aquisição de sêmen de centrais privadas por meio de licitação. Muitas vezes são processos demorados e dependem de reservas orçamentárias disponíveis para tal. Haja vista a expressiva demanda criada pela expansão do programa são necessários alguns ajustes internos para melhorar a operacionalidade que atualmente vem sendo dificultada.

4.4.2.2 – Treinamento dos inseminadores

Outro ponto frágil mencionado pelo gestor estadual foi o treinamento de inseminadores para atuarem nos municípios, pois o treinamento dos responsáveis é realizado por equipe do programa, mas em algumas regiões os cursos de inseminação são precários ou com custos elevados. Neste município há disponibilidade de curso conforme prevê o programa, em média 6 turmas são formadas anualmente pelo SENAR , e as disponibilidades de novos cursos são facilmente agendadas via Sindicato Patronal.

Conforme destaca o gestor estadual o treinamento de inseminadores e produtores rurais através do programa é uma necessidade para promover a qualificação técnica aos agentes “da linha de frente” do incremento genético do rebanho gaúcho.

O programa estabelece a exigência de gestores com formação na área de Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia ou Técnico em Agropecuária. No entanto, em alguns casos, os Responsáveis Técnicos indicados atuam em outras atividades na prefeitura que por sua vez impedem ou limitam os serviços prestados aos produtores.

Ainda destaca o gestor estadual:

Existe ainda uma dificuldade de comunicação entre os técnicos e a coordenação do programa no sentido de prestação de contas das atividades prestadas. Nota-se em alguns casos certo descomprometimento do técnico e consequentemente da prefeitura sobre a importância do programa. (Entrevistado 2, 4,2015)

Em Santo Augusto o responsável técnico é agrônomo e ocupa no momento a função de Secretário da Agricultura, tendo na equipe que está colaborando com o programa um Técnico em Agropecuária, uma Medica Veterinária e um Motorista.

Para o gestor municipal, já foi descrito preocupação das relações intergovernamentais, com a mudança de governo a o temor da descontinuidade do programa, este cenário é considerado normal em início de mandato, por isso quando se elabora um programa ou uma política deve se presumir a alternância de poder. Tal consideração deve ocorrer nas três esferas, o que é uma preocupação direta do gestor municipal:

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a caracterização do município foi possível concluir a importância da agricultura familiar, considerando que além da questão da manutenção das famílias no campo, evidencia-se a diversidade de atividades desenvolvidas, sendo esta de suma importância para o desenvolvimento municipal, pois reduz os riscos e incertezas e aumenta a rentabilidade da unidade de produção. A adoção da atividade leiteira como estratégia de reprodução na propriedade é uma alternativa que gera resultados positivos, pois apresenta rentabilidade relativamente alta, remunera o capital investido e a mão-de-obra e, sobretudo, permite o desenvolvimento de outras atividades. Deste modo salienta-se a importância de políticas públicas de incentivo a atividade leiteira.

O antigo programa de incentivo para a inseminação artificial tinha uma cobertura reduzida das famílias potencialmente beneficiárias no município de Santo Augusto. Além da pouca cobertura, há uma série de questionamentos sobre a qualidade técnica desses serviços, pois os inseminadores dominam a técnica de implantação do sêmen na fêmea a ser coberta. Entretanto, o processo de escolha do sêmen mais adequado, envolve uma série de avaliações técnicas que extrapolam ao conhecimento que possuem. Essa falta de assistência técnica nesse momento é uma das grandes fragilidades desse programa. Não há nenhuma garantia que o conteúdo genético do pai possa realmente contribuir com o nascimento de animais mais adequados ou apropriados a determinada propriedade. Sabe-se que há muitos problemas decorrentes de um melhoramento genético equivocado, e o programa municipal não prevê o atendimento dessa necessidade.

Além da deficiência do serviço prestado, há o dispêndio de recursos escassos da área da agricultura que poderão atender outras necessidades. Essa parece ser uma vantagem apresentada pelo gestor municipal, entretanto, a não continuidade dos serviços pelo programa Dissemina pode representar maiores gastos aos municípios, pois se se espera ampliar o número de beneficiados, haverá maiores gastos futuros pelos municípios nessa situação que preocupa os gestores.

O programa Dissemina apresenta uma articulação institucional frágil, pois está alicerçado em repasses esporádicos, que podem apresentar descontinuidade nas ações.

Positivamente ele acaba estruturando um setor de fornecimento de genética estatal, garante a assistência técnica aos produtores, permitindo uma intervenção de melhor qualidade que a ação municipal isoladamente poderia fazer.

Em relação a cooperação entre esferas de governo permitem ampliar a diversidade de políticas públicas que podem apresentar melhor resolução e efetividade por meio da ação intergovernamental no âmbito territorial , desta forma gerar desenvolvimento para todos, no entanto tais convênios necessitam de uma regulamentação de forma que as trocas de mandato não alterem os trabalhos realizados por programas de governo, buscando estratégias que permitam manutenção destes nas trocas de governo , de modo a garantir os benefícios do publico alvo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Unicamp, 1992. 275 p.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A COORDENAÇÃO FEDERATIVA NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO PERÍODO FHC E OS DESAFIOS DO GOVERNO LULA. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 1, n. 24, p.41-67, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a05n24>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo e políticas sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, n. 28, p.88-108, jun. 1995.

ALVAREZ, Rafael Herrera. CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS. 2008. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_1/Inseminacao/index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BIOGENESIS (Paraná). Manual Prático de Inseminação Artificial. Curitiba: Idealgraf Editora Ltda., 2004.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. . Censo Agropecuário. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. . Contagem da população. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CELLA, D. Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural. 2002. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JUNIOR, Orlando. Agricultura e Questão Agrária na História do Pensamento Econômico. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 10, n. 19, p.09-36, nov. 2002. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n19_2002_art1.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA -FEE (Rio Grande do Sul). Valor Adicionado Bruto: Preços básicos, por setores de atividade economia, dos municípios do Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/vab/?id=2993&serie=1999-2010&titulo=Valor Adicionado Bruto do Total dos Serviços&ano=2008&letra=A>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-FEPAGRO. (Rio Grande do Sul). Seapa. DISSEMINA Manual operacional. 2014. Disponível em: <<http://www.dissemina.fepagro.rs.gov.br/program>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para Trabalho Científico: Explicação das Normas da ABNT. 15. ed. Porto Alegre: Dactilo-plus, 2011. 239 p.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GORDO, João Maurício Lucas. Análise da situação da inseminação artificial bovina no Estado de Goiás. 2011. 91 f. Tese (Doutorado) - Curso de Escola de Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

GUILHOTO, Joaquim J M et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS ,2007, 5., 2007, Recife. Family Agriculture's GDP in Brazil and in It's States. Recife: Anpec, 2007. p. 1 - 18. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2408072>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

HAIR JUNIOR, et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005. 471 p.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras. Custos Agronegócios Online, Recife, v. 2, n. 2, p.2-7, Não é um mês valido! 2006. Trimestral. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v2/Sistema de custos.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

MATTOS, Ana Maria de et al. Aplicação de normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos na Escola de Administração :atualizada às normas vigentes até maio de 2013. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 39 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/wp-content/uploads/2012/11/normas_20131.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MAZOYER, M; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 520 p.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários: ORIGEM E EXPANSÃO DA AGRICULTURA NO MUNDO. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p. (Educação A Distância). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/727.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). Pesquisa Social;Teoria,Metodo e Criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, R. Analise de Conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, jun. 1999.

NOGUEIRA, A C L; A SCHUKLER,. Os pequenos produtores rurais e a sustentabilidade. 2011. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=52315>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais: A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos.. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. In: POUPART, Jean. et al. A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser.

PNAFEFR. POLÍTICA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDIMENTOS FAMILIARES RURAIS. Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006. Lei Nº 11.326. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 30 jan. 2015.

RAVANELLI, Paula. Consórcios Públicos: os desafios do fortalecimento de mecanismos de cooperação e colaboração entre os entes federados. 2010. In: III Congresso Consad de Gestão Pública, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/handle/123456789/170>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. San. Seapa. Sistema de Análise de Negócios. 2011. Análise elaborada pela servidora da Seapa. Disponível em: <https://san.procergs.rs.gov.br/apl/san/SAN-PVTAB-CON_Default.asp?dt=1316551954163>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ROCHA, Laiane Ferreira; SANTIAGO, Tiago dos Santos. AS DIFICULDADES DO ACESSO AO CRÉDITO RURAL PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES ATRAVÉS DA ASCOOP-SISAL N. 2014. CONVIBRA.ORG. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2013/30/2013_30_6751.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

SAMBORSKI, Tarcísio. SUPERAR A DIFUSÃO: DESAFIO E DILEMA PARA OS EXTENSIONISTAS RURAIS. 2007. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2007.

SANTOS, Marise Conceição dos. Adoção de inseminação artificial na produção de bovinos reprodutores : um estudo de impacto na gestão das propriedades rurais. 2001. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. . Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. Ijuí: Unijuí, 2006. 24 p. In: FROEHLICH, M. DIESEL, V. Desenvolvimento Rural – Tendências e Debates Contemporâneos..

SEGATTI, Sonia; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. As alternativas para a geração de renda em pequenas propriedades rurais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. Anais Engrup. São Paulo: Engrup, 2008. p. 615 - 631.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS., 20., 1999, Passo Fundo. AGRICULTURA FAMILIAR REALIDADES E PERSPECTIVAS. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 1 - 21. Disponível em: <http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A-

Questionário¹⁴

O Município de Santo Augusto há tempos, tem como política de incentivo a Inseminação Artificial o subsidio aos agricultores familiares de até 10 doses de sêmen mensal, isto oriundo de um convenio com a Cotrijui sendo que em orçamento anual o valor mensal não pode ultrapassar R\$ 2.000,00. Através do seu conhecimento técnico no assunto ,bem como perante a Coordenação do Programa DISSEMINA , questionamos:

Quais as vantagens para o município na adesão ao programa?

Quais as oportunidades e benefícios que o programa trará aos agricultores familiares?

Quais as fragilidades do Programa DISSEMINA na sua concepção?

¹⁴ Questões elaboradas pela pós-graduanda Ângela Luzia Samborski, a fim de fazer parte Trabalho de conclusão de curso em especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de Certificado de Especialista em Gestão Pública.

"ANALISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MELHORIA DO REBANHO BOVINO ATRAVÉS DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO"

APÊNDICE B:

Questionário respondido pelo engenheiro agrônomo Paulo Camilo, Secretário da agricultura e gestor responsável pelas políticas públicas de incentivo à Inseminação Artificial.

Quais as vantagens do município na adesão ao programa?

É um trabalho realizado em parceria com o município e o estado, onde os custos financeiros com equipamentos, veículos e recursos humanos para executar e manter o programa em funcionamento são divididos entre os dois entes.

Quais as oportunidades e benefícios que o programa trará aos agricultores familiares?

O município aderiu ao Programa Dissemina por acreditar que ele poderá atender, em parceria com o município, uma grande demanda dos produtores de leite e carne com relação a melhoramento genético, sanitário e alimentar do rebanho bovino no município e, com isso, melhorar os índices de produtividade e qualidade do leite e da carne produzida no município.

O produtor terá assistência/orientação de uma profissional médica veterinária na sua propriedade e redução nos custos com a inseminação artificial realizada em seus animais. Isso possibilitará melhorias na produtividade e na qualidade da produção, de carne ou de leite, proporcionando ganhos significativos nos seus rendimentos financeiros.

O objetivo do programa é oferecer aquilo que está faltando ao pequeno e médio produtor de leite e carne bovina. Com material genético de qualidade e assistência médica veterinária na propriedade se espera corrigir falhas morfológicas, sanitárias e na alimentação que possibilitarão um grande avanço no rebanho bovino do município, porém para que isso ocorra é necessário que o governo e município cumpram com a sua função estabelecida pelo programa, para que o mesmo seja implantado e conduzido com sucesso.

Quais as fragilidades do Programa Dissemina na sua concepção?

Em minha opinião o programa é muito bom, porém é necessário que seja implantado e conduzido com responsabilidade tanto pelo município como pelo estado. Nesse contexto, a informação recebida é que o programa não tem garantias, pelo governo do estado, em relação a sua continuidade. Se isso se confirmar será lamentável a falta de visão econômica, mas principalmente social com o campo pelo estado do RS, porque muitas famílias serão prejudicadas.

APÊNDICE C

Questionário respondido pelo engenheiro agrônomo Renan Gonzatto, gestor estadual responsável pelo Programa DISEMINA.

Quais as vantagens do município na adesão ao programa?

Contar com o amparo técnico da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária e Secretaria da Agricultura e Pecuária para qualificar o atendimento aos produtores. Através da padronização do fomento ao uso da inseminação artificial é possível diagnosticar problemas e tendências, promovendo uma discussão conjunta para buscar realizar as intervenções mais pertinentes.

Quais as oportunidades e benefícios que o programa trará aos agricultores familiares?

A inseminação artificial apresenta uma série de vantagens quando comparada ao cruzamento natural dos animais. A principal é permitir ao criador definir a manutenção de raças adequadas ao objetivo do rebanho, seja para a produção de leite, seja para a produção de carne. Investir em sêmen de qualidade garante a melhoria do padrão genético do rebanho. Isso aumenta a rentabilidade do produtor e a qualidade do produto.

A distribuição de material genético iniciou-se em setembro de 2013 para os municípios da primeira fase. No total, foram disponibilizadas 40.847 doses de sêmen, sendo 14.886 de raças com aptidão para corte e 25.961 de raças com aptidão leiteira. Os relatórios de inseminações começaram a ser informados a partir do segundo semestre de 2014 e estão sendo armazenados no banco de dados do programa. Os primeiros nascimentos aconteceram na última primavera-verão e os terneiros produzidos estão agradando positivamente os produtores e técnicos. No caso de produtores de corte, os ganhos são observados já no primeiro ciclo, pois além da qualidade das fêmeas que ficarão para reposição, os terneiros que serão comercializados para a recria/engorda tem apresentado uma boa velocidade de crescimento com uma boa padronização e peso, o que garante um maior ganho na comercialização.

Qual a fragilidade do Programa DISSEMINA na sua concepção?

Com a celebração de convênios o programa entrou em atividade utilizando material genético do estoque da CRIA. Em função do longo período em que a central permaneceu desativada, o material disponível apresentava-se desatualizado e com qualidade comprometida. A ampliação do programa promoveu um aumento significativo na demanda por doses de sêmen.

O programa inicialmente realizou cursos onde foram repassadas orientações sobre o funcionamento do programa e aspectos básicos sobre o manejo reprodutivo de bovinos com ênfase na utilização da inseminação artificial apenas para os responsáveis técnicos indicados pela prefeitura. O programa exige que os

inseminadores que atuaram na equipe estruturada pelo RT do município tenham realizado capacitação através de curso oficial de 40hs, seguindo as recomendações da Associação Brasileira de Inseminação Artificial (ASBIA). Existem alguns municípios que tem dificuldades de encontrar vagas em cursos para formação de inseminadores ou reciclagem. O treinamento de inseminadores e produtores rurais através do programa é uma necessidade para promover a qualificação técnica aos agentes “da linha de frente” do incremento genético do rebanho gaúcho.

Visando à qualificação dos serviços prestados foi estabelecida a exigência de gestores com formação na área de Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia ou Técnico em Agropecuária. No entanto, em alguns casos, os Responsáveis Técnicos indicados atuam em outras atividades na prefeitura que por sua vez impedem ou limitam os serviços prestados aos produtores. Existe ainda uma dificuldade de comunicação entre os técnicos e a coordenação do programa no sentido de prestação de contas das atividades prestadas. Nota-se em alguns casos certo descomprometimento do técnico e conseqüentemente da prefeitura sobre a importância do programa.

Muitos municípios possuem poucos veículos à disposição para as atividades gerais da prefeitura. Estão sendo denunciados casos de utilização do veículo cedido para uso exclusivo do programa em outras atividades, não realizando atendimento aos produtores rurais.